

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.989-A, DE 2000

Denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR-135, compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, e dá outras providências.

Autor: Deputado **Pedro Fernandes**

Relator: Deputado **Paes Landim**

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe, de autoria do Deputado **Pedro Fernandes**, pretende atribuir a denominação de “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” ao trecho da BR-135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte nova Estiva, no Estado do Maranhão.

Na justificação do projeto, Autor argumenta:

“O Engenheiro Emiliano Macieira foi figura pública que, notoriamente, prestou inúmeros serviços ao Maranhão e ao país. Nascido em 1898, constituiu-se em homem de grande visão, teve uma vida empreendedora e profícua. Diretor do Departamento Estadual de Rodagens maranhense, implantou e recuperou um sem número de estradas. Destacou-se, profissionalmente, também no Departamento de Rodovias de São Paulo. Participou ativamente na Companhia de Planejamento Econômico do Maranhão. Fundou a Companhia Progresso do Maranhão e o Banco de Desenvolvimento do Maranhão. Nada mais oportuno que, na ocasião em que o acesso rodoviário entre São Luís e o

continente se encontra duplicado e reformado, dê-se, merecidamente, o nome do ilustre Engenheiro, em homenagem póstuma, para que com ele se identifique o trecho de rodovia, prenhe de significado, que agora ainda é apenas um número.”

A Comissão de Viação e Transportes aprovou, por unanimidade, o projeto.

Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso III, alínea a, do Regimento Interno, compete a esta Comissão manifestar-se sobre a proposição sob os ângulos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Analisando-a à luz do ordenamento jurídico-constitucional em vigor, não vislumbramos empecilho à sua normal tramitação.

Foram cumpridos os requisitos pertinentes à competência da União para legislar sobre assunto (art. 22, inc. XI, e 48, *caput*, da C.F.).

É de se observar que esta Comissão, reformulando o entendimento consubstanciado na Súmula da Jurisprudência nº 3, segundo o qual “*Projeto de lei que dá denominação a rodovia ou logradouro público é inconstitucional e injurídico*”, vem se posicionando em sentido contrário, ou seja, no sentido da inexistência de vício de inconstitucionalidade e injuridicidade, desde que observados os requisitos dos arts. 1º, *caput*, e 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979.

Os dispositivos referenciados dispõem o seguinte:

“Art. 1º As estações terminais, obras de arte ou trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou

interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.”

Entretanto, a técnica legislativa do projeto merece reparo, para identificar o Município e o Estado onde se localiza o aludido trecho da BR-135.

Isto posto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.989-A, de 2000, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado **Paes Landim**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.989-A, DE 2000

Denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR-135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominado “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR-135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado **Paes Landim**
Relator